



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

524
PROPOSTA Nº 524 /2016

ASSUNTO: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para "Aquisição de 40 (quarenta) motociclos para a Polícia Municipal de Lisboa" (Proc. 21803/CML/16).

PELOURO: Frota - Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU/DRMM

Considerando que:

1. Conforme a Orgânica dos Serviços Municipais, aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, e publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 98, de 21 de maio de 2015, a Polícia Municipal de Lisboa (adiante PML) é um corpo especial de Polícia integrado na estrutura orgânica dos serviços municipais, exercendo todas as competências legalmente atribuídas à Polícia Municipal do Município de Lisboa;
2. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007, de 19 de março foi promovida a necessidade de descentralização para a PML as competências da Polícia de Segurança Pública, em matéria de fiscalização de trânsito na cidade de Lisboa, devolvendo aos municípios plenos poderes de regulação do trânsito e estacionamento, sem prejuízo das competências gerais da Polícia de Segurança Pública na prevenção e repressão de ilícitos e na garantia da segurança pública;
3. A PML, em resultado das novas competências e atribuições, incorporou em maio último, cerca de 90 elementos da PSP dos 257 elementos previstos, em regime de comissão de serviço, os quais necessitam de meios materiais, tais como motociclos para executar as tarefas que lhes estão incumbidas e cumprir o seu estatuto profissional de elementos com funções policiais;
4. Considerando deste modo a necessidade premente de aquisição de 40 novos motociclos com cilindrada de cerca de 125cc, face aos meios reduzidos existentes e a sua operacionalidade decorrente da antiguidade, no sentido de permitir o cumprimento das competências, designadamente na área da fiscalização e gestão do trânsito na cidade de Lisboa;
5. A abertura de procedimento relativo a despesa que dê lugar a um encargo orçamental em ano económico diferente daquela, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º, n.ºs 1 e 6 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

6. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental no ano económico de 2017, não estando prevista em Plano Plurianual;
7. Não obstante, foi dado cumprimento ao disposto no Regulamento do Orçamento de 2016 designadamente no artigo 9º, no sentido das repartições de encargos propostas no período de agosto a dezembro serem objeto de parecer da DMF quanto à sua previsão no Orçamento para 2017;

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA DELIBERE:

Submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º e das alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso em relação ao mesmo ano económico, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para "Aquisição de 40 (quarenta) motocicletas para a Polícia Municipal de Lisboa".

A despesa classifica-se na rubrica orçamental 07.01.10.01 da AP A3.P005.04 (43854) da orgânica L12.00, com os valores seguintes:

ANO	Valor sem IVA	Valor IVA (23%)	Valor Total
2017	153.000,00€	35.190,00 €	188.190,00€

Paços do Concelho, aos 06 de Outubro de 2016

O Vereador

Duarte Cordeiro



DIÁRIO
27/05/2016
524/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ÍNDICE DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º Objeto do concurso	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante.....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento	3
Artigo 5.º Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento.....	4
Artigo 6.º Erros e omissões do caderno de encargos.....	4
Artigo 7.º Concorrentes	5
Artigo 8.º Proposta e seus elementos	5
Artigo 9.º Modo de apresentação das propostas	5
Artigo 10.º Documentos que constituem a Proposta.....	6
Artigo 11.º Apresentação de propostas variantes	7
Artigo 12.º Critério de adjudicação.....	7
Artigo 13.º Preço anormalmente baixo.....	7
Artigo 14.º Prazo para apresentação de propostas	7
Artigo 15.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	8
Artigo 16.º Abertura de propostas	8
Artigo 17.º Esclarecimentos sobre as propostas.....	8
Artigo 18.º Análise das propostas e relatório preliminar	8
Artigo 19.º Audiência prévia.....	9
Artigo 20.º Relatório final e adjudicação	9
Artigo 21.º Notificação da decisão de adjudicação	9
Artigo 22.º Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	10
Artigo 23.º Caução	10
Artigo 24.º Minuta do contrato.....	10
Artigo 25.º Outorga do contrato.....	11
Artigo 26.º Despesas e encargos.....	11
Artigo 27.º Impugnações administrativas	11
Artigo 28.º Prevalência.....	11
Artigo 29.º Legislação aplicável	11
ANEXO I MINUTA DA PROPOSTA.....	12
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO	13
ANEXO III CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO- MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	15
ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO (ADJUDICATÁRIO)	17



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DEC. 1
Sup. 524/2016
P. 1

CONCURSO PÚBLICO

“AQUISIÇÃO DE 40 MOTOCICLOS PARA A POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA”

Processo n.º ____/CP/DA/CCM/2016

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente procedimento tem por objeto a “**Aquisição de 40 (quarenta) motocicletas para a Polícia Municipal de Lisboa**”, sendo lançado na modalidade de Concurso Público, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 29 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Higiene Urbana – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Av. Infante Dom Henrique, Lote 1 - 1800-220 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dmhu.drmm@cm-lisboa.pt (telefone 218555121 - 218555143), sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças – Departamento de Aprovisionamentos - Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 9.º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.
2. O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «*acinGov*», com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.
3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma «*acinGov*» apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho do Exmo. Senhor Vereador Duarte Cordeiro, datado de __/__/__, ao abrigo das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, exaradas no Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, com as alterações do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 18.º, e do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º 1, do artigo 36.º, e do artigo 109.º do CCP.

Artigo 4.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos, encontram-se patentes na plataforma eletrónica “*acinGov*”, desde a data da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior o presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos poderão ser consultados na Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 9.º Piso-Bloco A – 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º n.º 1, do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o "download" das peças do procedimento.
4. Para ter acesso à plataforma «acinGov», o interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> carregar no separador "Aderir" e preencher o formulário de adesão.
5. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica «acinGov». A validação dos documentos de adesão é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico: apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.
7. Os eventuais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após ser efetuado o registo na plataforma, nos termos do n.º 5, deste artigo.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, através da plataforma eletrónica «acinGov», dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número 1. deste artigo, serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º, n.º 2 do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará, a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Erros e omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar e que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

5. Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.

6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica «*acinGov*», pela entidade pública adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto.

Artigo 7.º**Concorrentes**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento a título individual, nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas

4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

6. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º**Proposta e seus elementos**

1. A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2. Na Proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes das peças procedimentais.

3. A Proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.

4. No caso de agrupamento, a Proposta deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 9.º**Modo de apresentação das propostas**

1. As Propostas são apresentadas através da plataforma eletrónica «*acinGov*», até ao termo do prazo fixado no presente Programa do Procedimento.

2. A Proposta será elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta), indicando, o concorrente, todos os itens discriminados nas alíneas a) a c) do referido Anexo, sob pena de exclusão, por inaceitabilidade da mesma.

3. Não são permitidas propostas relativas somente a parte do fornecimento ou que alterem as cláusulas técnicas do procedimento.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

4. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a Proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública «*acinGov*», pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
5. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes, nos termos do disposto no Artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei essa forma a força probatória de documento particular assinado, **sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.**
7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
8. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
9. Os requisitos a respeitar pelos Concorrentes para os títulos dos ficheiros das propostas são os seguintes: incluir a referência do procedimento, a alínea predefinida no artigo 10.º do Programa do Procedimento relativa ao documento a que respeita, bem como o número de identificação fiscal do concorrente e o código da proposta, nos termos definidos no anexo II à Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
10. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade pública adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e o documento dele constante, estejam redigidos em língua portuguesa.
11. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do presente Programa do Procedimento.
12. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
O Preço a apresentar, não deve considerar o ISV-Imposto Sobre Veículos, considerando a isenção ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 51.º do Código do Imposto Sobre Veículos, constante do Anexo I da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, com a última redacção dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.
13. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
14. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º**Documentos que constituem a Proposta**

1. A Proposta deve ser constituída pelos documentos a seguir indicados e devem ser apresentados através da plataforma eletrónica, até ao termo do prazo fixado no presente Programa do Procedimento:
 - a) **Proposta Contratual**, elaborada de acordo com o modelo do Anexo I ao presente Programa do Procedimento, com indicação do Preço Total, que deverá ser inferior ao preço máximo definido nos termos da Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta por inaceitabilidade da mesma;
 - b) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo II ao presente Programa do Procedimento, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) **Descrição técnica e catálogos ou brochuras** das quais constem as referidas descrições técnicas;
 - d) **Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos** da apresentação de um *preço anormalmente baixo*, quando aplicável, de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2. Os certificados, catálogos ou outros documentos com pormenores de descrição e ilustração de características técnicas, podem ser redigidas em inglês, francês ou castelhano.
3. Serão excluídas as propostas que não contenham todos os documentos indicados no presente artigo ou caso algum documento ser apresentado de modo incompleto.

Artigo 11.º

Apresentação de propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, selecionada atendendo aos seguintes fatores e subfatores, e respetiva ponderação, por ordem decrescente da sua importância:
 - a) Preço Total do fornecimento – 60%;
 - b) Prazo de Entrega do fornecimento – 25%;
 - c) Qualidade - 15%;
2. Em caso de empate, será considerada a proposta que obtenha a melhor classificação, sucessivamente, no fator "Preço Total do fornecimento", no fator "Prazo de Entrega do fornecimento" e no fator "Prazo de Garantia".
3. Persistindo o empate será adjudicada a proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação na plataforma eletrónica "acinGov", sendo elaborada a respetiva ata.

Artigo 13.º

Preço anormalmente baixo

1. Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, considera-se que o preço resultante de uma proposta, *é considerado anormalmente baixo*, quando o "Preço Total do fornecimento" seja 50% ou mais inferior ao preço base fixado na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos.
2. A não apresentação dos elementos justificativos do preço anormalmente baixo, exigidos na alínea e) do n.º 1 do artigo 10.º do Programa do Procedimento, quando aplicável, determinará a exclusão imediata das propostas.

Artigo 14.º

Prazo para apresentação de propostas

1. A Proposta e os documentos que a constituem, devem ser apresentados, diretamente, pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «acinGov», até à data indicada na referida Plataforma.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado, quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante, antes do termo do prazo referido no n.º 1 deste artigo. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Artigo 15.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 16.º

Abertura de propostas

1. O júri do procedimento, às 10 horas do dia útil, imediato, ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 17.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento poderá solicitar aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas, a apresentar na plataforma eletrónica de contratação pública.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 18.º

Análise das propostas e relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e de todos os seus atributos, representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, previsto no artigo 12.º do presente Programa do Procedimento, o júri elabora um relatório preliminar, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do previsto no artigo 146.º do CCP, designadamente:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou no n.º 1 do artigo 58.º, todos do CCP;
 - g) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no artigo 11.º do presente Programa do Procedimento;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- h) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP, assim como no artigo 9.º do presente Programa do Procedimento;
- j) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- k) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
- l) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
- m) Que não apresentem um documento exigido no presente programa, ou o apresentem com informação incompleta.

Artigo 19.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri do procedimento procede à audiência prévia dos concorrentes, através da plataforma eletrónica «*acinGov*» para que, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, se pronunciem por escrito sobre o mesmo.

Artigo 20.º

Relatório final e adjudicação

1. Após a realização da audiência prévia, o júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número supra.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 21.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar caução indicando expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do Relatório Final de análise de propostas.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Artigo 22.º**Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica «*acinGov*», no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa, os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV ao presente Programa do Procedimento;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

2. Em substituição do documento previsto na alínea c) deste n.º 1, pode ser apresentado o certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações do contrato a celebrar.

3. Sempre que se verifique um facto, que determine a caducidade da adjudicação é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

Artigo 23.º**Caução**

Nos termos previstos no artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução, sendo que não sendo exigível a prestação de caução, haverá lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, conforme previsto na cláusula 18.º do Caderno de Encargos.

Artigo 24.º**Minuta do contrato**

1. O adjudicatário é notificado da minuta do contrato, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

2. São admissíveis reclamações da minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão das obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

3. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação apresentada.

4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Artigo 25.º

Outorga do contrato

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito e celebrado em data a estabelecer pelas duas partes no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da respetiva minuta pelo adjudicatário, devendo o órgão competente para a decisão de contratar comunicar ao adjudicatário a data, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Artigo 26.º

Despesas e encargos

1. Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas.
2. São ainda por conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do respetivo contrato.

Artigo 27.º

Impugnações administrativas

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública «*acinGov*».

Artigo 28.º

Prevalência

As normas do Programa do Procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 29.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Procedimento aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

521/2016

ANEXO I

MINUTA DA PROPOSTA

_____ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para a "Aquisição de 40 (quarenta) motocicletas para a Polícia Municipal", pelo preço máximo de 153.000,00 € (cento e cinquenta e três mil euros) - Proc. n.º/CP/DA/CCM/16, a que se refere o presente Programa do Procedimento, obriga-se a executar todos os fornecimentos que o constituem e em conformidade com respetivos os documentos, nos seguintes termos e condições:

a) **Preço Total do fornecimento:** _____ € (por algarismos e extenso), sem IVA incluído;

Preço unitário de cada motociclo completo: _____ € (por algarismos e extenso), sem IVA incluído;

Decomposição do preço unitário de cada motociclo completo:

- Preço do motociclo (sem sinalização sonora e luminosa, mala e extintor): _____ € (por algarismos e extenso);
- Sinalização sonora e luminosa: _____ € (por algarismos e extenso);
- Mala: _____ € (por algarismos e extenso);
- Extintor: _____ € (por algarismos e extenso);
- Pintura na cor branca (se aplicável): _____ € (por algarismos e extenso);

O Preço do motociclo a apresentar, não deve considerar o ISV-Imposto Sobre Veículos, considerando a isenção ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 51.º do Código do Imposto Sobre Veículos, constante do Anexo I da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, com a última redação dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

b) **Prazo de Entrega do fornecimento:** _____ dias

c) **Qualidade:**

Subfator - Prazo de Garantia: _____ anos;

Subfator - Sistema Start/Stop: _____ (indicar se sim/não equipado com este sistema).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data,/...../.....

Assinatura,



Doc. n.º 52134/2016
16

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a)
- b)
- c)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local), (data), (assinatura) ⁽¹⁸⁾

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2015
24/2016

ANEXO III

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Critério de adjudicação e Classificação Final

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores e ponderações:

- a) Preço Total do fornecimento – 60%
- b) Prazo de Entrega – 25%
- c) Qualidade – 15%

Assim a **Classificação Final (CF)** das propostas resultará da seguinte fórmula:

$$CF = 0,60 \times C_{PT} + 0,25 \times C_{PE} + 0,15 \times Q$$

Em que:

CF = Classificação Final;

C_{PT} = Classificação do fator "Preço Total do fornecimento";

C_{PE} = Classificação do fator "Prazo de Entrega";

Q = Classificação do fator "Qualidade".

2. Classificação dos Fatores de Adjudicação

2.1 Preço Total do fornecimento– 60 %:

O fator "Preço total do fornecimento" resulta do produto do "preço unitário de cada motociclo completo" pelo "número de motociclos", ou seja pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PT = P_u \times QM$$

Em que:

PT = Preço Total do fornecimento da Proposta (em euros e sem o IVA);

P_u = Preço unitário de cada motociclo completo da Proposta (em euros e sem o IVA);

QM = Quantidade de motociclos.

Nota: O Preço do motociclo a apresentar, não deve considerar o ISV-Imposto Sobre Veículos, considerando a isenção ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 51.º do Código do Imposto Sobre Veículos, constante do Anexo I da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, com a última redação dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

O fator "Preço Total do fornecimento" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

- a) Se o $PT \leq P_m$

Então: $C_{PT} = 20$;

- b) Se o $P_m < PT \leq P_M$

Então: $C_{PT} = (C_M - C_m) / (P_m - P_M) \times (PT - P_m) + 20$;

Em que:

C_{PT} = Classificação do fator "Preço Total do fornecimento";

C_M = 20 valores (classificação máxima);

C_m = 10 valores (classificação mínima);

P_M = 153.000 (preço máximo, em euros e sem IVA);

P_m = 76.500 (preço mínimo, em euros e sem IVA);

PT = Preço total da proposta (em euros e sem IVA).

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2.2 Prazo de Entrega – 25%;

O fator "Prazo de Entrega" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o $PE \leq PE_m$

Então: $C_{PE} = 20$;

b) Se o $PE_m < PE \leq PE_M$,

Então: $C_{PE} = (C_M - C_m) / (PE_M - PE_m) \times (PE - PE_m) + 20$;

Em que:

C_{PE} = Classificação do fator "Prazo de entrega";

C_M = 20 valores (classificação máxima);

C_m = 10 valores (classificação mínima);

PE_M = 45 (prazo máximo, em dias);

PE_m = 10 (prazo mínimo, em dias);

PE = Prazo de entrega dos motociclos proposto (em dias).

2.3 Qualidade – 15%;

O fator "Qualidade" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q = 0,7 \times G + 0,3 \times S/S;$$

Em que:

Q = Classificação do fator "Qualidade";

G = Classificação do subfator "Prazo de Garantia";

S/S = Classificação do subfator "Start/Stop";

2.3.1 Prazo de Garantia (G) – 70%;

O subfator "Prazo de Garantia" será classificado de acordo com a seguinte Tabela:

Prazo de Garantia (anos)	Classificação (G)
2	10
3	12
4	14
5	16
6	18
≥ 7	20

2.3.2 Sistema Start/Stop (S/S) – 30%;

O subfator "Start/Stop – (S/S)", será classificado de acordo com a seguinte Tabela:

Sistema	Classificação (S/S)
Sem Start/Stop	10
Com Start/Stop	20



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2017
524/2016

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,
números de identificação fiscal e sedes), cocontratante(a) no procedimento de (designação ou
referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) A opção da indicação do sítio da internet que permite a consulta de dados, apenas poderá ser utilizada se o sítio e os documentos estiverem redigidos em língua portuguesa.

A acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

DIAGRAMA
Data: 24/2016
Pág. _____



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

CONCURSO PÚBLICO

“AQUISIÇÃO DE 40 MOTOCICLOS PARA A POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA”

Processo n.º ____ / CP / DA / CCM / 2016

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

524/2016

Índice do Caderno de Encargos

Objeto.....	2
Contrato	2
Prazo contratual	2
Obrigações do Cocontratante	3
Conformidade e operacionalidade dos bens	3
Entrega dos bens pelo Cocontratante	3
Patentes, licenças e marcas registadas	4
Inspeções e testes	4
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	5
Aceitação dos bens	5
Garantia técnica	5
Garantia de continuidade do fornecimento	6
Objeto do dever de sigilo	6
Prazo do dever de sigilo	6
Formação do pessoal envolvido	6
Preço contratual	6
Faturas e Condições de pagamento	7
Caução	7
Sanções contratuais	7
Força maior	8
Resolução por parte do contraente público	8
Resolução por parte do Cocontratante	9
Foro competente	9
Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Comunicações e notificações	9
Contagem dos prazos	10
Legislação aplicável	10
ANEXO I-Especificações técnicas do fornecimento	11



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a "Aquisição de 40 (quarenta) motocicletas para a Polícia Municipal de Lisboa".
2. O valor máximo da aquisição correspondente ao preço base do procedimento é de 153.000,00€ (cento e cinquenta e três mil euros), sem IVA incluído.
3. O Preço dos motociclos encontram-se isentos do ISV-imposto Sobre Veículos, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 51.º do Código do imposto Sobre Veículos, constante do Anexo I da Lei n.º 22-A/2007 de 29 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 da presente Cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 outubro.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

O contrato terá início com a respetiva celebração e mantém-se em vigor até à entrega pelo Cocontratante da totalidade dos bens objeto do procedimento, ao contraente público, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, conforme o previsto no n.º 1 da Cláusula 6.ª do presente Caderno de Encargos, em conformidade com os respetivos termos e condições, e, com o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurarão para além da cessação do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Cocontratante, nomeadamente, as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entregar dos bens identificados na respetiva Proposta, nos prazos estipulados;
- b) Obrigação de cumprimento dos prazos e condições de garantia dos bens, que não poderão ser inferiores aos definidos no Caderno de Encargos;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico de peças sobressalentes e componentes pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. O Cocontratante, é ainda, responsável, nomeadamente, por:

- a) Cumprir as cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Atuar de acordo com a legislação portuguesa;
- c) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares dos documentos patenteados no procedimento e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a execução do Contrato;
- d) Respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes;
- e) Assegurar um serviço permanente de 24 (vinte e quatro) horas por dia para assistência técnica aos bens objeto do fornecimento.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Cocontratante obriga-se a entregar ao contraente público, os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos previstos nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens com o contrato.

4. O Cocontratante é responsável perante o contraente público, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato, que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens pelo Cocontratante

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues pelo Cocontratante, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de celebração do contrato, nas instalações do Município de Lisboa / Departamento de Reparação e



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Manutenção Mecânica, na morada indicada na alínea b) do n.º 8, da presente Cláusula, bem como, com as Condições Técnicas do Fornecimento constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.

2. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os equipamentos que sejam necessários para a boa e integral utilização e funcionamento daqueles.

3. Os bens objeto do procedimento, deverão reunir todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão ao trânsito na via pública sem necessidade de escolta, mantendo uma configuração em marcha, que se situe dentro dos parâmetros do Código da Estrada no que respeita à altura e larguras máximas e a projeções e saliências, bem como os pesos por eixo.

4. O Cocontratante deverá proceder à aprovação e legalização da viatura junto das entidades oficiais, nomeadamente no IMT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. e no IRN - Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

5. Todas as despesas e custos com o transporte, entrega, aprovação, legalização e formação dos utilizadores, são da responsabilidade do Cocontratante.

6. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

O Cocontratante obriga-se a fornecer, aquando da entrega dos veículos, todos os manuais técnicos respeitantes aos bens objeto do fornecimento.

Esta documentação deve estar redigida em língua portuguesa.

7. FORMAÇÃO

O Cocontratante obriga-se a prestar formação aos condutores/utilizadores dos veículos.

8. OUTRAS CONDIÇÕES

No fornecimento dos bens devem ser respeitadas as seguintes condições:

- a) Os veículos a entregar devem ser totalmente novos, com zero quilómetros ou com os quilómetros mínimos necessários para a deslocação aquando da entrega ao contraente público;
- b) A entrega dos veículos ocorrerá nas instalações do Município de Lisboa – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sitas na Av. infante D. Henrique, Lote 1 - 1800-220 Lisboa;
- c) O Cocontratante compromete-se a manter o contraente público, permanentemente informado das alterações e transformações técnicas a que os veículos sejam sujeitos durante o prazo de 10 (dez) anos;
- d) O Cocontratante deve facultar ao contraente público ou a quem para o efeito for designado pelo mesmo, o acompanhamento da instalação dos equipamentos e a informação necessária, com a obrigação de comunicar previamente o respetivo calendário.

Cláusula 7.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização dos veículos objeto do fornecimento, de patentes, licenças e marcas registadas.

2. Caso o Contraente Público, venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o respetivo Cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 8.ª

Inspeções e testes

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o Contraente Público – Município de Lisboa, procede no prazo de 15 (quinze) dias, à sua inspeção qualitativa, com vista a verificar, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais contratualizados, bem como outros requisitos exigidos por lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2. Durante a fase de realização de testes, o Cocontratante deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de colaboradores devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do respetivo Cocontratante.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso dos testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, o Contraente Público poderá exigir ao Cocontratante:
 - a) A substituição dos bens necessários à conclusão dos testes de aceitação, num prazo de 15 (quinze) dias úteis;
 - b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.
2. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Cocontratante no prazo respetivo, o Contraente Público, procederá à realização de novos testes de aceitação, nos termos das cláusulas anteriores.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos bens

1. Após a verificação do resultado satisfatório dos testes, o Contraente Público lavrará um auto de receção dos bens fornecidos, onde ficará registada a data de aceitação dos mesmos, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na execução do fornecimento.
2. O auto de receção será enviado ao Cocontratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de elaboração.

Cláusula 11.ª

Garantia técnica

1. Nos termos do disposto no presente número e na legislação que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das respetivas garantias, o Cocontratante deve garantir os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo 24 (vinte e quatro) meses completos, contados a partir da data da Receção Provisória dos Bens - Auto de Receção.
2. O prazo de garantia iniciar-se-á com a Receção Provisória dos bens, sendo que durante o período de garantia, cada e Cocontratante providenciará para que o seu pessoal especializado se apresente nos serviços e no prazo indicado pelo Contraente Público, ou por quem este designar, sempre que tal seja solicitado em consequência de anomalias de funcionamento ou de uma frequência anormal de avarias.
3. Durante os prazos de garantia previstos, cada e Cocontratante obriga-se à substituição de todo e qualquer material, componente, peça ou equipamento defeituoso, devido a má conceção, defeito ou qualidade inadequada dos materiais, componentes, peças ou equipamentos utilizados, defeito de fabrico ou erro de montagem. Todas estas substituições deverão ser feitas pelo Cocontratante tão rapidamente quanto possível, sem que tal implique qualquer despesa ou encargo para o Contraente Público.
4. Se o defeito verificado provenha de um erro sistemático referente à conceção, à qualidade dos materiais, peças, componentes e equipamentos utilizados e fornecidos ou à técnica de fabrico ou montagem utilizada, cada e Cocontratante obriga-se, a reparar, modificar ou substituir todos os materiais, peças, componentes ou equipamentos idênticos, mesmo aqueles em que esse defeito não se tenha ainda revelado.
5. O Cocontratante corrigirá todos os defeitos, mesmo que estes não impliquem a substituição de peças, e executará novamente, para os equipamentos substituídos, todos os ensaios previstos.
6. O Cocontratante providenciará por sua conta, os colaboradores e os materiais necessários às eventuais substituições, correções ou ensaios mencionados nos números anteriores.
7. Durante o Período de Garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que seja substituído em consequência dessa garantia, terá a partir da data da respetiva substituição, um período de garantia igual ao do equipamento, componente ou peça que substituiu.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

8. Durante o Período de Garantia, caso o Cocontratante entenda que deve substituir uma parte do equipamento por outro de conceção diferente, deverá comunicar tal facto, por escrito, ao Contraente Público e obter a devida concordância.
9. As condições especificadas em matéria de sanções previstas para o equipamento original, serão também aplicáveis aos equipamentos, componentes ou peças objeto de substituição ou correção.
10. Se as medidas previstas de substituição ou correção não eliminarem os defeitos detetados, o Contraente Público poderá exigir a diminuição do preço contratual.
11. As referidas reparações ou substituições, devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Lisboa, sem grave inconveniente para este, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.ª

Garantia de continuidade do fornecimento

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, a contar da data do auto de Receção Provisória dos bens objeto do contrato.

Cláusula 13.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Lisboa como Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª

Formação do pessoal envolvido

1. O Cocontratante será responsável pela apresentação de um plano de formação, de acordo com as condições técnicas previstas no presente Caderno de Encargos, destinado à operação e manutenção dos veículos e equipamentos fornecidos, de acordo com o determinado nas especificações técnicas do fornecimento, constantes do Anexo I deste Caderno de Encargos.
2. O Cocontratante deverá promover as sessões previstas no referido plano, para formação dos trabalhadores do Contraente Público que vão utilizar os bens objeto do contrato de fornecimento.

Secção II

Obrigações do Contraente Público

Cláusula 16.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser igual ou inferior ao preço máximo fixado, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.ª

Faturas e Condições de pagamento

1. As faturas deverão ser enviadas para a Direção Municipal de Finanças, (DMF) – Departamento de Contabilidade (DC), sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 8.º Bloco A, 1749 – 099 LISBOA, devendo ser emitidas em nome de:

- Câmara Municipal de Lisboa;
- Direção Municipal de Finanças – Departamento de Contabilidade;
- Edifício Central – Campo Grande, n.º 25-8º Bloco A – 1749-099 Lisboa;
- Número de compromisso;

2. Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a entrega dos bens objeto do contrato.

3. As quantias devidas pelo Contraente Público, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelos serviços das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, sendo pagas através de transferência bancária.

4. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os fundamentos da discordância, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 18.ª

Caução

A prestação de caução não é exigível nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, porém e conforme previsto no n.º 2 do artigo 23.º do Programa do Procedimento, haverá lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

Capítulo III

Sanções contratuais e resolução

Cláusula 19.ª

Sanções contratuais

1. O Cocontratante está sujeito ao cumprimento das obrigações e condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos, bem como às sanções constantes de lei e da presente Cláusula.

2. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do Contrato, serão aplicadas as seguintes sanções:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- (i) no primeiro período de 10 (dez) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 1 ‰ (um por mil) do preço final do Contrato por cada dia de atraso;
 - (ii) a partir do 11º dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço final do Contrato por cada dia de atraso.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária que, no limite, poderá ser igual a 20% do preço final do contrato.
4. O valor da sanção pecuniária prevista no número anterior, é deduzido às importâncias a pagar pelo cocontratante relativamente ao fornecimento dos bens e cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a aplicação das mesmas ou a eventual resolução do contrato.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, deve ser, imediatamente, comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 da presente Cláusula:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- a) Causa geral de resolução - Por violação de forma grave ou reiterada pelo Cocontratante de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;
- b) Causa especial de resolução - Pelo atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos bens objecto do procedimento, ou se, por escrito, o Cocontratante declarar que o referido atraso excederá esse prazo.
2. O direito de resolução, referido no n.º 1 desta Cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Cocontratante, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido o esteja, há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.
4. O direito de resolução é exercido por via judicial.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante carecem de autorização, por escrito, do Contraente Público, nos termos do disposto no CCP.
2. Nos casos de subcontratação, o Cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada pelo Cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º do CCP.

Cláusula 25.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o seu domicílio ou sede contratual, conforme os identificados no contrato, ou seja:~



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. As partes devem identificar nas Propostas, as informações de contrato dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes dos documentos entregues, devem ser comunicadas, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

Cláusula 26.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar no dia seguinte à comunicação da ocorrência efetuada pelo Contraente Público ao Cocontratante;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados;
- c) Quando o último dia do prazo, for sábado, domingo ou feriado ou dia em que os serviços da entidade Cocontratante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 27.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

524/2016

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO FORNECIMENTO

1. OBJECTO

Aquisição de 40 (quarenta) motocicletas de duas rodas, com cilindrada superior a 124 cc e inferior ou igual a 125 cc, dotados de equipamento, pintura e sinalização sonora e luminosa.

2. NORMAS E DIRECTIVAS

A construção dos veículos deve obedecer às Diretivas e Normas em vigor na União Europeia.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS MOTOCICLOS COMPLETOS

Os veículos motociclos completos destinam-se ao policiamento urbano, devendo responder a todas as exigências do serviço.

Os veículos completos a fornecer deverão ser compostos por: veículo motociclo, equipamento, pintura e sinalização sonora e luminosa, devendo obedecer às características técnicas descritas a seguir.

4. VEÍCULOS MOTOCICLOS DE PASSAGEIROS

Os Motociclos (completos) devem respeitar os seguintes parâmetros:

Número de rodas	2 (duas)
Categoria (CE)	L3e
Cilindrada	Superior a 124 cc e inferior ou igual a 125 cc
Combustível	Gasolina
Ciclo do motor	4 tempos
Potência máxima	Superior a 8,5 kW
Binário máximo	Superior a 11,5 N.m
Refrigeração do motor	Líquido
Arranque do motor	Elétrico
Travões	Dotado com sistema de travagem anti bloqueio (ABS)
Altura do assento ao solo	Superior a 750 mm e inferior a 800 mm

5. EQUIPAMENTO

Os motociclos completos deverão vir dotados com o seguinte equipamento:

5.1 Um (1) extintor de pó químico tipo ABC de 1kg, fixo em local a definir

5.2 Mala

As malas deverão estar fixas ao motociclo, de forma segura, nas seguintes quantidades e características:

- Uma (1) mala, colocada na traseira (zona central), estanque, com capacidade mínima de 35 litros, dotada de fechadura com chave;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

5.3 Descanso central

O motociclo deverá estar dotado de descanso central, para além do descanso lateral.

6. PINTURA

Os veículos devem ser pintados, predominantemente, na cor branca.

7. SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA

A sinalização deverá respeitar a Homologação R-65 classe T1 da CEE/ONU, relativa à homologação de avisadores especiais para automóveis, constante da portaria n.º 311-C/2005 de 24 Março.

Os veículos deverão vir dotados com o seguinte equipamento:

- a. 1 (um) mastro, com luzes em leds de cor azul, com cobertura de 360°, colocado no lado direito da traseira do motociclo, incluindo luz de cruzeiro em todos os leds.
- b. 2 (dois) faróis direcionais, com cobertura mínima de 90° cada, com luzes em leds de cor azul, colocados na frente do motociclo (1 de cada lado), incluindo luz de cruzeiro em todos os leds.
- c. 1 (uma) sirene, com potência mínima de 30 W com 4 sons de sirene (yelp, wail, bi-tonal, air horn).
- d. 1 (um) comando do sistema da sinalização luminosa e acústica.

Os veículos deverão possuir bateria com capacidade reforçada, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos ora descritos.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

524/2016

Exma. Senhora
Chefe da Divisão de Gestão de Frota
Dra. Raquel Águas

Informação n.º
INF/426/DMHU/DRMM/16

Data
29-09-2016

Assunto: Abertura de procedimento por concurso público, para "aquisição de 40 motociclos para a Polícia Municipal de Lisboa, até ao valor máximo de 153.000,00 € (cento e cinquenta e três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Processo n.º 21803/CML/16

Despacho

Objeto: Aquisição de 40 motociclos para a Polícia Municipal de Lisboa.

Considerando que, conforme a Orgânica dos Serviços Municipais aprovada por Assembleia Municipal de Lisboa, e publicada em Diário da República 2.ª Série, n.º 98, de 21 de maio de 2015, a Polícia Municipal de Lisboa (adiante PML) é um corpo especial de Polícia integrado na estrutura orgânica dos serviços municipais, exercendo todas as competências legalmente atribuídas à Polícia Municipal do Município de Lisboa.

Considerando que pela Resolução do Conselho de Ministros 45/2007, de 19 de Março foi promovida a necessidade de descentralização para a PML as competências da Polícia de Segurança Pública, em matéria de fiscalização de trânsito na cidade de Lisboa, devolvendo aos municípios plenos poderes de regulação do trânsito e estacionamento, sem prejuízo das competências gerais da Polícia de Segurança Pública na prevenção e repressão de ilícitos e na garantia da segurança pública.

Considerando que a PML, com as novas competências e atribuições, incorporou em Maio último, para já cerca de 90 elementos da PSP dos 257 elementos previstos, em regime de comissão de serviço, os quais necessitam de meios materiais, tais como motociclos para executar as tarefas que lhes estão incumbidas e cumprir o seu estatuto profissional de elementos com funções policiais.

Considerando os fundamentos expostos na informação n.º 65599.16.18.17, de 2016/09/13, emanada do Exmo. Senhor Comandante da Polícia Municipal de Lisboa, que se anexa, reforçando a necessidade premente de aquisição de 40 novos motociclos com cilindrada de cerca de 125cc, face aos meios reduzidos e sua operacionalidade, no sentido de permitir o cumprimento das competências, designadamente na área da fiscalização e gestão do trânsito na cidade de Lisboa.

Face ao exposto, propõe-se a celebração de um contrato de aquisição de 40 (quarenta) motociclos de 124 cm³ a 125 cm³ de cilindrada para a Polícia Municipal de Lisboa, a celebrar de acordo com a alínea b) do n.º 1 e da alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O preço base é de 153.000,00 € (cento e cinquenta e três mil euros), IVA não incluído. Este preço base resulta da análise de valores praticados no mercado. Estima-se que o preço contratual seja equivalente ao preço base, no



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

montante de 153.000,00€ (cento e cinquenta e três mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 35.190,00€ (trinta e cinco mil e cento e noventa euros), totalizando o valor de 188.190,00€ (cento e oitenta e oito mil e cento e noventa euros).

Nos termos da alínea d) do ponto 2.3.4.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) a despesa constituirá um encargo para o ano económico de 2016 e integra a rubrica orçamental 07.01.10.01 da A.P. A3.P005.04 (código 43854) da orgânica L12.00, no montante de 153.000,00€ (cento e oitenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 35.190,00 € (trinta e cinco mil e cento e noventa euros), totalizando o valor de 188.190,00 € (cento e oitenta e oito mil e cento e noventa euros) e cumpre com o disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.
Código 34410000-4 do CPV (motociclos).

Para os efeitos previstos no artigo 38.º do CCP, propõe-se face ao valor estimado e de acordo com o artigo 16.º n.º 1 alínea b), conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP, a realização de um procedimento por "Concurso Público".

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta *economicamente mais vantajosa*, de acordo com o modelo de avaliação constante do Anexo III do programa do procedimento.

A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, nomeação de júri, aprovação das respetivas peças procedimentais, bem como a autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar, cabe ao Exmo. Senhor Vereador Dr. José Duarte Cordeiro, no uso das competências delegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea a) e c) do n.º 2 do ponto II com o n.º 6 da Letra E do ponto I, todos do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio, com as alterações do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, conjugado com o disposto no artigo 29.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos artigos 36.º n.º 1 e 38.º, ambos do CCP.

Em face do exposto, submete-se à consideração superior o seguinte:

a) Autorização da proposta da decisão de contratar e escolha do procedimento por Concurso Público, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, ambos do CCP.

b) Aprovação, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, das peças do procedimento, que consistem no Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos Anexos.

c) Designação dos elementos que compõem o júri, a quem compete a condução do procedimento, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do referido diploma legal.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Para o efeito, propõe-se que o júri tenha a seguinte constituição:

Membros efetivos:

Presidente: Técnico Superior, Luís Grosso (DMHU/DRMM/DGF/GT);

1.º Vogal efetivo: Técnico Superior, João Cachinho (DMHU/DRMM/NAJ);

2.ª Vogal efetiva: Técnica Superior, Ana Isabel Sá Pereira (DMF/DA/CCM);

Membros suplentes:

1.º Vogal suplente: Técnico Superior, Alberto Almeida (DMHU/DRMM/DGF/GT);

2.ª Vogal suplente: Técnica Superior, Filomena Pedro (DMHU/DRMM/NAJ);

3.ª Vogal suplente: Técnica Superior, Fátima Fernandes Barreto (DMF/DA/CCM);

4.ª Vogal suplente: Técnica Superior, Paula Cristina Nobre Leitão (DMF/DA/CCM);

O 1.º Vogal efetivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

d) Designação como Responsáveis do Procedimento, para efeitos de condução do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov" e para cumprimento do exigido, entre outros nos artigos 53.º n.º 7, 54.º, 60.º e 61.º n.º 1 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a Técnica Superior Sónia Águeda Cotrim e como seu suplente o Técnico Superior José Mário Calvo, ambos, da Direção Municipal Higiene Urbana/Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.

e) Delegação nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 109.º e do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, no júri do procedimento das competências seguintes:

- i) Prestar esclarecimentos;
- ii) Prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas;
- iii) Proceder à audiência prévia dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º do já referido diploma legal.

f) Autorização para a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar, no montante de 153.000,00€, ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor, nos termos anteriormente explicitados.

g) Autorização para o envio do presente processo à Central de Compras Municipal, do Departamento de Aprovisionamentos, da Direção Municipal de Finanças.

O Técnico Superior

Luís Grosso

A presente informação encontra-se em conformidade com o CCP e Despachos internos em vigor.

O Jurista do Procedimento

João Cachinho



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovados na Reunião de Câmara de 13 de outubro de 2016, as atas, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 126 e 127 das reuniões de Câmara de 27 de julho e 07 de setembro de 2016

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 26/2016 (Subscrito pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Shimon Peres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 27/2016 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Mário Wilson, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 510/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a 20.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (7PS e 3Ind.)	1 (CDS/PP)	5 (3PPD/PSD e 2PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 524/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para “Aquisição de 40 (quarenta) motociclos para a Polícia Municipal de Lisboa” (Proc. 21803/CML/16), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 525/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Deliberar autorizar contratar, autorizar a despesa e submeter à Assembleia Municipal para autorização da repartição do encargo para o ano económico de 2017 e emissão de autorização prévia para a assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal” (Proc. 23184/CML/16), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 526/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para “aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical” (Proc. 20468/CML/16), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (7PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP)	2 (PCP)	—



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

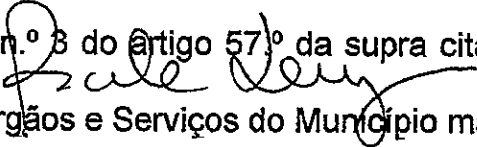
(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 551/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

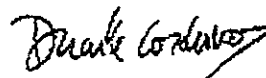
Aprovar a atribuição de apoio financeiro ao Centro de Apoio aos Sem-Abrigo, no âmbito do procedimento concursal relativo ao projeto do Núcleo de Apoio Local de Arroios para pessoas em situação de sem-abrigo, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, 13 de outubro de 2016

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA 524/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017, E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, PARA "AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) MOTOCICLOS PARA A POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA" (PROC. 21803/CML/16), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 525/2016 - DELIBERAR AUTORIZAR CONTRATAR, AUTORIZAR A DESPESA E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017 E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA "AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS, POR LOTES, PARA A POLÍCIA MUNICIPAL" (PROC. 23184/CML/16), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Por 524/2016, subscrita por mim próprio. Pergunto se alguns dos Srs. Vereadores quer usar da palavra? Sr. Carlos Moura.

O Sr. Carlos Moura: - Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício. De facto, esta a proposta levanta-nos algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas. Nós, até em relação a este e até ao ponto seguinte a Proposta 525, entendemos até necessidade de aumentar os meios da Polícia Municipal, mas ficamos com a dúvida se estas propostas visam, nomeadamente, a concretização do despacho do Governo de 2007 no sentido de que, digamos, a gestão de trânsito passasse da Polícia de Segurança Pública para o município, para a esfera do município, nomeadamente da Polícia Municipal. Ao lermos a proposta é a ideia que ficamos, mas gostaríamos que a mesma a fosse concretizado e se tornasse claro para entendermos exatamente o que é que estamos, de facto, deliberando aqui. Se é apenas um aumento dos meios disponíveis para a Polícia Municipal. Se por outro lado, visa já a integração da Brigada de Trânsito na Polícia Municipal e, portanto, a municipalização da mesma. Agradecemos esta resposta e perante aquilo que nos seja dito iremos ou não apresentar uma declaração de voto em relação a estes dois pontos. Obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado Sr. Vereador Carlos Moura.

Efetivamente representará um pouco das duas coisas, mas a segunda, com certeza. Ou seja, um reforço de mais, mas a questão da preparação para a municipalização. A integração das competências no município, algumas competências de trânsito que estão na Polícia de Segurança Pública que passa pela integração de, no fundo de um conjunto de efetivos policiais e depois que implica também da parte da Câmara Municipal de um reforço de mais para o exercício dessas mesmas competências, portanto, penso que a resposta é sim, à sua pergunta.

Não sei se mais alguém tem alguma questão em relação a esta matéria. Podemos então votar, eu me diria que à semelhança que o Sr. Vereador Carlos Moura referiu, eu diria que as duas matérias ser, o ponto 15 e o ponto 16. Desculpe com 16 e o ponto 17, poderão ser discutidos em conjunto, portanto, também não sei se alguns dos Srs. Vereadores tem alguma questão a colocar no ponto 17 proposta 525, se calhar, podemos votá-las em conjunto.

Ponto 16, proposta, 524/2016, pergunto quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto número 17 proposta, 525/2016, pergunta quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação as Propostas 524 e 525/2016 as quais foram aprovadas por unanimidade

Os Srs. Vereadores PCP apresentaram declaração de voto.